

# **A PADRONIZAÇÃO NO FORMATO DOS ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA COMO INSTRUMENTO DE CELERIDADE PROCESSUAL**

Osvaci Amaro Venâncio Júnior\*

## **SUMÁRIO**

1 Introdução. 2 Processo: breves considerações históricas. 3 O acesso celeridade à Justiça. 4 Relevância da padronização no formato dos acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. 5 Conclusão. 6 Referências.

## **RESUMO**

Este artigo objetiva discorrer sobre como a padronização no formato dos acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, juntamente com recentes dispositivos legais e constitucionais, pode contribuir para a agilidade na prestação jurisdicional por parte dessa Instituição. Ao mostrar a relevância da uniformização no principal documento da atividade-fim do Tribunal, este trabalho traz à tona motivos que vêm reforçar a necessidade dessa padronização, a qual está respaldada pela Resolução n. 44/07-TJ.

Palavras-chave: Acórdão. Padronização. Celeridade processual.

## **1 INTRODUÇÃO**

Dos três Poderes, o Judiciário é o que acaba interferindo mais na vida social, tutelando direitos individuais e coletivos e decidindo conflitos por meio de julgamentos proferidos por seus juízes e tribunais. Essa tu-

\* Aluno de Direito da Universidade do Vale do Itajaí — Univali; graduado em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC; servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

tela jurídica proporcionada pelo Estado confere segurança ao cidadão, na medida em que este sabe que pode contar com o Judiciário para pugnar pelo que lhe parece mais justo.

Em contrapartida, esse Poder, na sua função de resolver conflitos, depara-se freqüentemente com o *desafio* de prestar ao jurisdicionado rápida resposta para os seus anseios, uma vez que é altamente demandado e muitas vezes não possui recursos humanos e tecnológicos que possam remediar o desgosto social causado pelo tempo que o cidadão tem de esperar para retomar o *status quo ante*.

Desse modo, este artigo tem como escopo salientar a importância, para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e para a sociedade, de se padronizar o formato dos acórdãos confeccionados por esse Órgão. Quer-se mostrar que a uniformização desses documentos contribui para uma justiça mais ágil, porque pode fazer com que o tempo compreendido entre a data da assinatura do acórdão e a da publicação passe dos atuais 70 dias (em média) para apenas 15 ou, quem sabe, dois dias.

Na primeira parte deste trabalho, será discutido como o direito processual brasileiro foi diretamente influenciado pelo direito romano e se transformou em um direito extremamente burocrático, que se sobrepõe, muitas vezes, ao próprio direito material.

Na segunda parte, abordar-se-á uma das fases da garantia constitucional do acesso à justiça — a celeridade processual. Serão apresentados alguns avanços da legislação processual brasileira acerca da matéria, como também alguns fatores que entravam o andamento processual.

A importância da padronização no formato dos acórdãos confeccionados pelo Tribunal de Justiça catarinense será tema da terceira parte deste artigo. Serão mostrados os fundamentos utilizados para essa padronização, no que tange à mudança havida na forma como eram feitas as citações, os títulos e as ementas dos acórdãos dessa Instituição. Também será realizada,

nesta última parte, uma entrevista com três servidores do Tribunal sobre a relevância da uniformização dos acórdãos.

## 2 PROCESSO: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

A paz social, fundamento angular dos preceitos hobbesianos para firmar o contrato social, isto é, para transferir ao Estado o poder de regular e proteger os interesses dos indivíduos, impondo-lhes o cumprimento de deveres e obrigações sob pena de sanção, foi o objetivo almejado ao se impor leis civis emanadas de um poder soberano.

Esse padrão jusnaturalista de verdadeiro controle social, que foi fator inspirador de filósofos e intelectuais do século XVII e XVIII, persiste, de certo modo, até hoje. No lugar do poder soberano jusnatural, contudo, tem-se nos dias atuais a figura do Estado positivista regulador, que “fabrica” leis e controla a sua observância; diferentemente, lógico, dos tempos passados, quando o *Leviatã* não se submetia a elas. É que hoje todos (cidadãos e Estado) estão sob o pálio do Estado Democrático de Direito, o qual, em apurada síntese, pode ser definido como aquele Estado que se rege pelo princípio da legalidade e cujas leis são elaboradas por um Poder representativo popular (Legislativo) e aplicadas pelo Poder Judiciário.

Este Poder, no seu mister jurisdicional, vale-se de procedimentos formais para cumprir seu dever de tutelar os direitos dos indivíduos da sociedade, procedimentos que se coadunam com a ideologia de Thomas Hobbes, que, influenciado pelo direito romano, contrapôs-se ao sistema da *common law* que vigia (e ainda vige) no seu país de origem, a Inglaterra. O Estado Civil fomentado por Hobbes (baseado na *civil law*) tinha na lei escrita o principal instrumento de segurança jurídica, de modo que os cidadãos viam nas normas a fonte emanada do soberano às quais se deveria obedecer para poder sair do Estado de Natureza (HOBBS, 2006, p. 111). Já o sistema inglês (*common law*), ao qual Hobbes opunha-se, é baseado

na jurisprudência, isto é, na comparação de precedentes judiciais feita pelo magistrado para decidir um caso concreto<sup>1</sup>.

O direito brasileiro tem sua estrutura calcada na *civil law*, ou seja, num sistema jurisdicional em que, na sua origem, ao juiz cabia apenas aplicar a lei ao fato, sem dar nenhuma contribuição para a construção do direito. O juiz apenas fazia uma espécie de subsunção do caso concreto às normas, numa lógica formal comparada à das ciências exatas. Com a teoria propagada por Hobbes,

a submissão do Direito à metodologia das ciências que buscam a verdade representou sem dúvida a definitiva condenação da “lógica da argumentação”. [...] a ciência do Direito Processual Civil nasceu comprometida com o ideal racionalista, que acabou transformando o Direito numa ciência em busca da verdade, análoga à matemática, sem qualquer compromisso com a justiça concreta, como desejavam, justamente, os filósofos racionalistas que forjaram o mundo moderno (SILVA, 1997, p. 115 e 132).

Mas o que interessa dizer é que, com o sistema jurídico da *civil law* (resgatado por Hobbes do direito romano), em que ao juiz cabia tão-somente aplicar a lei na sua frieza (*summus ius, summa iniuria*), como imposto pelo Estado soberano, deu-se azo à organização das instituições pacificadoras, uma vez que os conflitos sociais (penais e civis) já não podiam ser resolvidos no “olho por olho, dente por dente”, pois a sociedade começou a perceber que a autotutela, por proporcionar destruição em massa, era um meio inseguro e violento de resolução de litígios<sup>2</sup>. Então, como

- 1 A crítica que Hobbes faz acerca do sistema inglês da *common law* pode ser facilmente captada pelas suas seguintes declarações: “O que faz a lei não é [...] aquela *juris prudentia*, ou sabedoria dos juízes subordinados, mas a razão deste nosso homem artificial, o Estado, e suas ordens” (HOBBS, 2006, p. 200); “Como todo juiz subordinado ou soberano pode errar em seu julgamento da equidade, se posteriormente, em outro caso semelhante, considerar mais compatível com a equidade proferir uma sentença contrária, tem obrigação de fazê-lo. Jamais o erro de um homem se torna sua própria lei, nem o obriga a nele persistir” (p. 205); “Nenhuma injustiça pode servir de padrão para o julgamento dos juízes posteriores [...] embora a sentença do juiz seja lei para as partes litigantes, não é lei para qualquer dos juízes que lhe venham a suceder no cargo” (p. 206); as sentenças dos juízes “não obrigam outros juízes a dar sentenças idênticas em casos idênticos” (p. 207).
- 2 Nos dias de hoje, a legítima defesa é um dos únicos casos em que é permitida a autotutela. Conforme preceitua Rodri-

as partes conflitantes tinham de agora se socorrer ao Estado se quisessem pretender reaver seus direitos, faziam-no por intermédio de uma ação<sup>3</sup>, que era o meio pelo qual elas provocavam o exercício da função jurisdicional, fazendo surgir a figura do *processo*.

Retomando-se o que foi dito inicialmente, sendo as leis imperativos impostos pelo Estado para pacificar a vida em sociedade, o processo foi o *instrumento* para se alcançar essa paz social. E continua sendo hodiernamente, tanto que um dos direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988 é o do devido processo legal (*due process of law*), insculpido no artigo 5º, inciso LIV: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Nas palavras de Alarcón (2005, p. 32), “o pressuposto de efetividade da cláusula do devido processo legal é, naturalmente, a possibilidade que as pessoas têm dentro do Estado Democrático de Direito de aceder à jurisdição”.

Em que pese isso, por ter de seguir uma formalidade, fruto daquela percepção racionalista hobbesiana, que fez com que um direito meramente formal denotasse segurança para as partes, uma vez que nelas incutia valores de verdade (o que era decidido não podia ser questionado), o processo inevitavelmente teve de seguir um rito burocrático, de modo que principalmente por essa razão a prestação jurisdicional leva, até hoje, muito tempo para ser entregue ao indivíduo. “O ideal seria a pronta solução dos conflitos, tão logo apresentados ao juiz. Mas como isso não é possível, eis aí a demora na solução dos conflitos como causa de enfraquecimento do sistema” (CINTRA, GRINOVER, DINAMARCO, 2008, p. 32).

gues (2002, p. 318), “o próprio legislador, imaginando as dificuldades que se tem de vencer para alcançar a proteção do Poder Público, cujas providências poderiam chegar tarde demais, defere à vítima da agressão, *excepcionalmente*, o direito de reagir e defender-se com suas próprias forças. Por consistir em um meio direto de defesa, autorizado pela própria lei, dá-se-lhe o nome de legítima defesa” (grifo nosso).

- 3 A *civil law* e a *common law* (direito inglês) “são de certa forma descendentes do direito romano e, não obstante, apenas o primeiro conservou a estrutura elementar do procedimento da *actio* [...]” (SILVA, 1997, p. 102).

### 3 O ACESSO CÉLERE À JUSTIÇA

Conforme foi exposto acima, o processo é um instrumento de que o indivíduo deve-se valer para reaver seus direitos. Sendo instrumento para alcançar um fim, que é a prestação jurisdicional pelo Poder Judiciário, o processo não pode ficar distante dos conflitos sociais, de sorte que tem de atender prontamente aos anseios das partes e ser financeiramente acessível, uma vez que, conforme estabelece o inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal<sup>4</sup>, nenhum direito deve ser juridicamente cerceado. Segundo Rocha (1993 apud ALARCÓN, 2005, p. 33), “o direito à jurisdição apresenta-se em três fases, a saber, a) o acesso ao poder estatal prestador da jurisdição; b) a eficiência e prontidão da resposta estatal à demanda de jurisdição; e c) a eficácia da decisão jurisdita”.

Não obstante, este trabalho tem escopo de tratar apenas dessa segunda fase, que é a celeridade na entrega da prestação jurisdicional ao indivíduo. Nesse sentido, tem-se que a Constituição Federal (principalmente depois do advento da Emenda n. 45/2004 — Reforma do Judiciário) e o próprio Código de Processo Civil apresentam instrumentos que têm por finalidade imprimir rapidez às várias etapas do processo, desde a petição inicial até a sentença.

Assim, por exemplo, o artigo 125 do CPC dispõe que o juiz deverá velar pela rápida solução do litígio e tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes (incisos II e IV). O artigo 126 discorre que o juiz tem de decidir um caso, nem que para isso tenha de recorrer à analogia, aos princípios gerais do direito e aos costumes. No artigo 130 está estabelecido que o juiz tem competência para indeferir as diligências inúteis ou protelatórias. Ainda, o juiz poderá, de acordo com o artigo 330 do mesmo diploma legal, julgar antecipadamente a lide quando, por exemplo, a questão de mérito for unicamente de direito ou quando no processo ocorrer a revelia (incisos I e

4 “XXXV — a lei não exclua da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”

II). O artigo 331 permite ao juiz designar audiência preliminar quando se tratar a causa de direitos que admitam transação; dentre outros artigos.

Sobre a contribuição do Código de Processo Civil para a agilidade processual, as ainda recentes palavras de Lacerda (1983, p. 14 apud RODRIGUES, 1994, p. 87):

A presença destes marcos no Código vigente, balizas de orientação aos que o empregam, prejudica e desmerece a maior parte das críticas contra ele voltadas. Trata-se de um Código que permite boa justiça. Se ela não se produz com a rapidez desejada, culpe-se, antes de tudo, a organização judiciária e a angústia dos recursos materiais e humanos postos à disposição do Poder Judiciário no Brasil.

Vê-se, assim, que o problema do congestionamento da Justiça brasileira pode ser, além da excessiva demanda judicial, fruto de deficiente administração judiciária. “O Judiciário é um instrumento do Estado para a concretização de seus objetivos, através do exercício da atividade jurisdicional, não um fim em si mesmo. Para que haja realmente a possibilidade de um efetivo acesso à justiça, faz-se necessário também repensá-lo em sua estrutura e funções” (RODRIGUES, 1994, p. 91).

Desse modo, e no que concerne à Emenda Constitucional n. 45/2004, tem-se que dentre os objetivos do legislador na sua promulgação está o de dinamizar o acesso à prestação jurisdicional. Para esse fim, tal emenda lista a celeridade processual no rol dos direitos fundamentais, dispostos no artigo 5º da Constituição Federal. O inciso LXXVIII do referido artigo dispõe: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo *e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*”<sup>5</sup> (grifei).

5 “Como se sabe, o Brasil aderiu, em 26 de maio de 1992, à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinada em San José da Costa Rica, em 1969, que preceitua em seu art. 8º, § 1º, que toda pessoa tem direito à tutela jurisdicional dentro de um *prazo razoável*”, de modo que referido inciso “declara o direito já existente à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação. Não se trata de *direito novo*, mas de direito já reconhecido pela legislação ordinária e agora elevado como reforço normativo a texto constitucional” (OLIVEIRA, 2005, p. 183-184, grifo no original).

Segundo Alarcón (2005, p. 33), por constar referido inciso no artigo 5º da Constituição Federal, “indiscutivelmente que nos encontramos diante de um novo direito fundamental dentro do campo do direito constitucional processual, que se estende a todo tipo de processo e qualquer que seja a parte, autor ou réu”.

E segue o autor:

[...] o princípio da celeridade processual, ora expresso na Constituição Federal, revela a postura teleológica do processo, que deve ser assumido como um instrumento ou meio com objetivos claros que, ao serem cumpridos, o legitimam diante da sociedade. Para isso devem evitar-se as formalidades supérfluas, que impedem o cumprimento de seus escopos precípuos.

Está, então, a Emenda n. 45/2004 reafirmando a utilidade do processo e ainda convidando a uma releitura e modificação do sistema processual nos pontos que podem criar empecilhos à rapidez, sem sacrificar, obviamente, os postulados do devido processo, com os quais, em perfeita harmonia, convive o princípio da celeridade (p. 34-35).

Objetivando proporcionar celeridade ao processo, as Leis n. 11.280/06 e 11.419/06 autorizaram a utilização de meios eletrônicos na rotina processual dos órgãos judiciários.

Dessa forma, o artigo 2º daquela primeira lei dá nova redação ao parágrafo único do artigo 154 do Código de Processo Civil, que passa a dispor: “Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil”.

Foi a Lei n. 11.419/06, no entanto, que mais alterou o Código de Processo Civil, ao dispor sobre a informatização do processo judicial, admitindo o uso de meio eletrônico na comunicação de atos, na tramitação



de processos judiciais e na transmissão de peças processuais (art. 1º). Essa lei, por exemplo, passou a permitir que as peças processuais sejam assinadas eletronicamente, desde que a assinatura seja baseada em certificado digital emitido por autoridade credenciada (art. 1º, § 2º, III, *a*).

Ainda de acordo com essa lei, “os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral” (art. 4º). Essa medida faz com que a versão impressa do Diário da Justiça seja extinta, o que proporciona aos cofres do Judiciário vultosa economia financeira.

Essas providências legislativas, desnecessário dizer, almejam contribuir para que o processo judiciário se torne mais rápido, uma vez que o juiz poderá emitir despachos e sentenças do seu escritório, o advogado será intimado por meio da rede mundial de computadores, de modo que as idas deste e das partes ao órgão jurisdicional tendem a ficar cada vez menos necessárias, o que, conseqüentemente, mitigará o fluxo burocrático do processo, permitindo ao Judiciário dar uma resposta mais célere à sociedade.

Em que pesem tais contribuições, algumas delas, como a assinatura eletrônica nas sentenças e nos acórdãos, não foram, até a data da finalização deste artigo, integralmente implantadas no Poder Judiciário de Santa Catarina. Apesar disso, a confecção e transmissão de acórdãos por meio de programa desenvolvido pelo Tribunal de Justiça catarinense já é realidade. Nesse sentido, no próximo capítulo serão explicitados alguns motivos por que a padronização no formato dos acórdãos confeccionados por este Tribunal, além de conferir-lhes identidade e qualidade, pode contribuir para dar celeridade ao processo.

#### 4 RELEVÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO NO FORMATO DOS ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

No final de 2007, o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina aprovou a Resolução n. 44/07–TJ, que trata da padronização no formato dos seus acórdãos. Essa medida, para a qual o autor deste artigo contribuiu, já que participou na elaboração do anexo único dessa Resolução e orientou o pessoal dos gabinetes dos desembargadores sobre a sua observância e sobre a importância de todos os acórdãos confeccionados pelo Judiciário catarinense apresentarem *forma* única, objetiva fazer com que o documento da atividade-fim da Instituição, dos variados modos como são feitas as suas ementas, citações, títulos, passe a ter um único formato, o que lhe pode conferir autenticidade, formalmente falando, na medida em que permitirá à sociedade saber, apenas pela forma do documento, que está diante de um acórdão proveniente daquele Tribunal.

Demais, a maneira uniforme como são dispostos o cabeçalho, a ementa, os títulos de um acórdão pode servir-lhe de recurso argumentativo, o qual Cunha (2004, p. 15) chama de “Segmentação”. Segundo a autora, “a segmentação se dá por espaços em branco, parágrafos, mudanças de linha, mudança de página, diferenciação editorial, caixas, interpolação de títulos”. Assim, sendo o acórdão também um documento que pretende convencer as partes e a opinião pública de que a decisão por meio dele aplicada ao caso concreto é a mais justa, a sua “cara”, isto é, a *forma* como essa decisão é colocada no papel pode, de acordo com a autora, ajudar a alcançar esse convencimento.

Além de proporcionar qualidade ao principal documento desse Poder, na medida em que lhe confere identidade e quiçá serve-lhe até mesmo de elemento argumentativo, a uniformização na confecção de todos os acórdãos produzidos pelo Judiciário catarinense — aliada à informatização processual prevista no inciso LXXVII do artigo 5º da Constituição Federal e nas Leis n. 11.280/06 e 11.419/06, e aos poucos implementada

pelo Tribunal — pode contribuir para dar celeridade ao processo e, como consequência óbvia, imprimir agilidade na prestação jurisdicional.

A seguir serão expostos os fundamentos utilizados para a padronização no formato dos acórdãos do Judiciário catarinense, no que tange às suas ementas, títulos e citações (fundamentos dos quais a Diretoria de Informática do Tribunal utilizou-se para elaborar um sistema<sup>6</sup> que pretende facilitar a confecção, por parte dos gabinetes, de acórdãos devidamente padronizados); após serão mostradas opiniões de três servidores do TJSC a respeito dessa padronização e dos seus efeitos para a celeridade processual.

Acórdão é o julgamento proferido pelos tribunais (artigo 163 do Código de Processo Civil). Guimarães (2004, p. 34) discorre que, “na condição específica de documento, o acórdão se enquadra no âmbito dos atos normativos (ou deliberativo-normativos) [...]”. Documento, então, que é, o acórdão deve seguir alguns requisitos que o identificam. Assim, todo acórdão deve conter protocolo inicial (abertura: Apelação Cível n. .../ Relator: Des. ...), ementa<sup>7</sup>, exórdio (Vistos, relatados e discutidos...) e protocolo final (data e assinatura), além dos seus requisitos essenciais (relatório, fundamentos e dispositivo)<sup>9</sup>. Embora a supracitada Resolução

6 O *software* SAJ/GGS.

7 Para Guimarães (2004, p. 62), “a ementa, embora fisicamente gerada junto com o acórdão (sendo originariamente publicada no alto daquele) não é parte, mas sim documento contíguo àquele.

Tal aspecto pode ser claramente explicado pelo próprio teor do art. 458 do Código de Processo Civil Brasileiro, segundo o qual são partes essenciais de toda e qualquer decisão o relatório, a motivação e o dispositivo, que encerram a lógica intrínseca ao julgado.

Ora, se a ementa é resumo, constitui-se em um produto documentário, em um novo documento gerado a partir do documento original e sua publicação, juntamente com o acórdão, visa a facilitar o processo de pesquisa. Desse modo, considerá-la parte — e não documento acessório — do acórdão é ferir uma lógica básica, por trazer repetição — e portanto redundância — ao documento original”.

8 Observa-se que acórdãos do STJ e do STF trazem, num só parágrafo, a expressão “Vistos, relatados e discutidos” e a decisão “acordam...”. Já nos acórdãos do Judiciário catarinense há dois parágrafos: um com os “Vistos”, em que aparecem a classe e o número do processo, a comarca de origem, a participação e o nome das partes ativas e passivas; e outro com a decisão (“ACORDAM, em...”).

9 Artigo 458 do Código de Processo Civil: “São requisitos essenciais da sentença [acórdão é uma sentença em sentido lato]: I — o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo; II — os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de

n. 44/07–TJ disponha sobre os estilos de formatação a serem utilizados em todo o acórdão, serão aqui apenas apontados os fundamentos seguidos para se chegar à padronização das ementas, dos títulos (RELATÓRIO, VOTO e DECISÃO) e das citações desse documento. Isso porque, numa análise dos acórdãos do Tribunal, constatou-se que foram essas as partes que mais apresentavam variação de forma.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) não faz nenhuma alusão específica a ementas jurisprudenciais. Em vista disso, o que se pôde fazer para padronizar o seu formato foi cotejar as informações dos poucos autores que tratam sobre o assunto, levar em conta como vinham sendo feitas as ementas no Tribunal de Justiça de Santa Catarina e observar as normas gramaticais e os manuais de redação.

Sabe-se que a ementa é composta de cabeçalho<sup>10</sup> (verbetização) e dispositivo. O cabeçalho é a primeira parte da ementa e, por ser praxe do Tribunal catarinense, vem destacado em caixa-alta. Segundo Campestrini (1994, p. 7), não se deve usar negrito nas ementas porque “esse recurso gráfico *mancha* o texto”. De acordo com ele, se se optar por destacar a ementa, o destaque será o itálico claro, e apenas no dispositivo, que é a segunda parte da ementa e escrito em caixa-baixa.

Com relação ao uso do ponto final no cabeçalho, o mesmo autor (p. 7) diz que “os verbetes devem ser escritos [...] com ponto após cada um deles [...]”, de forma que o último verbeito virá também seguido de ponto (final)<sup>11</sup>.

Hodiernamente, então, assim são feitas as ementas dos acórdãos confeccionados no Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

fato e de direito; III — o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem”.

10 Denominação dada por Guimarães (2004, p. 14).

11 É permitido, no entanto, o uso de travessão entre os verbetes do cabeçalho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE. REDIRECIONAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

Comprovada a dissolução irregular de sociedade inadimplente perante a Fazenda Pública, é possível a constrição de bens do patrimônio pessoal do sócio que, à época da ocorrência dos fatos geradores, exercia poderes típicos de gerência.

Ou:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE. REDIRECIONAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

*Comprovada a dissolução irregular de sociedade inadimplente perante a Fazenda Pública, é possível a constrição de bens do patrimônio pessoal do sócio que, à época da ocorrência dos fatos geradores, exercia poderes típicos de gerência.*<sup>12</sup>

Quanto aos títulos, que encabeçam os requisitos essenciais do acórdão, havia uma variedade de formas como eram feitos. Seguem alguns exemplos:

**I — Relatório:**

**II — Voto:**

**III — Decisão:**

**RELATÓRIO:**

**VOTO:**

**DECISÃO:**

**I — RELATÓRIO**

**II — VOTO**

**III — DECISÃO**

**I — RELATÓRIO**

**II — VOTO**

**III — DECISÃO**

**Relatório**

**Voto**

**Decisão**

Havendo essas diferentes formas de elaborar os títulos do acórdão, urgiu a necessidade de padronizá-los.

Em relação à sobreposição de destaques conferida aos títulos, Me-deiros (2002, p. 174) afirma:

<sup>12</sup> Ementa retirada do Agravo de Instrumento n. 2006.023285-6, de Camboriú.

Todos esses destaques, quando sobrepostos, trazem maiores prejuízos à compreensão do texto e a sua apresentação visual: VERSAL e **bold**, ao mesmo tempo; VERSAL e *itálico*; VERSAL e aspas; **bold** e aspas; **bold** e *itálico* [...].

No que concerne à pontuação nos títulos, a ABNT dispõe: “3.6 Não se utilizam ponto, hífen, travessão ou qualquer sinal após o indicativo de seção ou de seu título” (NBR 6024<sup>13</sup>, 2003, p. 2). Ainda segundo a mesma norma: “**2.2 indicativo de seção**: Número ou grupo numérico que antecede cada seção do documento” (p. 1, grifo no original). Vale lembrar que a ABNT não admite o uso de algarismo romano como indicativo de seção.

Desse modo, os títulos do acórdão do Judiciário catarinense são hoje assim feitos:

RELATÓRIO

VOTO

DECISÃO

E para padronizar o modo de citar, dentro do acórdão, jurisprudências, depoimentos, doutrinas e atos em geral, recorreu-se à NBR 10520<sup>14</sup>. Segundo tal norma (2002, p. 2),

as citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

[...]

As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.

[...]

13 Aplica-se à redação de todos os tipos de documentos escritos.

14 Esta norma indica como fazer citação em documentos escritos.

Devem ser indicados [...] ênfase ou destaques do seguinte modo:

[...]

c) ênfase ou destaque: grifo ou negrito ou itálico.

Assim, todas as citações feitas nos acórdãos seguem, atualmente, a regra ditada pela ABNT, regra essa constante da Resolução n. 44/07–TJ.

Para saber da importância de se padronizar o formato dos acórdãos confeccionados na Corte de Justiça catarinense, entrevistaram-se três servidores do Tribunal. Eis as duas perguntas feitas aos entrevistados com as respectivas respostas, que foram aqui transcritas literalmente:

1) Em sua opinião, qual a importância de se padronizar a *forma* como são feitos os acórdãos do TJSC (*vide* Anexo único da Resolução n. 44/2007–TJ)?

#### *Entrevistado 1*

“Na minha opinião, os principais benefícios da padronização dos acórdãos são a qualidade e a celeridade. A qualidade é obtida porque o padrão estabelecido atende às normas técnicas vigentes. A celeridade decorre da impossibilidade de os gabinetes criarem estilos e formatos próprios, reduzindo o tempo despendido na confecção destes documentos. Conforme salientou-se nas considerações da norma supracitada, tal providência não se trata de uma opção, mas sim, da estrita observância dos princípios da impessoalidade e da eficiência, insculpidos no *caput* do art. 37 da CF.”

#### *Entrevistado 2*

“Em minha opinião, a padronização dos acórdãos tem grande importância para qualificar o produto a ser disponibilizado à sociedade catarinense, quer seja relativo à formatação, quer seja pelo seu conteúdo, ou seja, os textos componentes do acórdão.”

*Entrevistado 3*

“A padronização da forma para a elaboração dos acórdãos proporciona o coerente armazenamento de decisões prolatadas pelo TJSC, facilitando a consulta de precedentes por parte dos jurisdicionados, servidores e magistrados.”

2) Você acha que essa padronização pode proporcionar mais celeridade à prestação jurisdicional? Por quê?

*Entrevistado 1*

“Sim, pois evita que se desperdice tempo na criação de formatos e estilos próprios, o que contribui para a redução no prazo de publicação dos acórdãos.”

*Entrevistado 2*

“Se focarmos somente o momento da produção de um acórdão, poderemos equivocadamente imaginar que tal padronização demanda mais tempo para sua conclusão, mas se tivermos o conhecimento do trâmite de um acórdão, desde o momento da sua conclusão e disponibilização para conferência, até o momento de sua publicação, via edital de publicação de acórdãos, poderemos facilmente identificar as vantagens dessa padronização, principalmente por possibilitar a confiabilidade em seu conteúdo, eliminando assim algumas atividades manuais ora executadas e para posterior aproveitamento para geração automática, via rotinas informatizadas, dos editais de publicação de acórdãos, além da facilitação e até mesmo a eliminação da etapa de conferência dos acórdãos. Portanto, a formatação possibilitará uma drástica redução no prazo necessário para a publicação dos acórdãos, que hoje está em torno de 70 dias, para um prazo máximo de 15 dias, podendo, dependendo das definições dos gestores, chegar a 2 dias.”



### *Entrevistado 3*

“A padronização pode, com efeito, proporcionar mais celeridade à prestação jurisdicional, uma vez que, estabelecidos modelos de formação, se reduz a necessidade de revisão [no formato] das decisões nesse aspecto.”

Passa-se agora à análise dessas entrevistas. Primeiramente, é importante fazer um breve comentário sobre o princípio constitucional da impessoalidade, disposto nos “considerandos” da Resolução n. 44/07–TJ e aventado por um dos entrevistados. Esse princípio é o de que

a atividade da Administração deve ser neutra, objetivando exclusivamente a realização do interesse de todos, jamais de uma pessoa ou um grupo em particular.

[...]

De outra parte, o princípio da impessoalidade aplica-se internamente à Administração, para evitar que esta apresente-se com a marca pessoal do ocupante momentâneo do poder ou outra fórmula de identificação de sua pessoa. Nesse sentido, *todos os atos praticados no exercício de função pública são imputáveis à Administração, e não à pessoa que o executa* (TAVARES, 2007, p. 1.157, grifo nosso).

Assim, acredita-se que também se pode inferir desse princípio que, sendo o acórdão um ato normativo-deliberativo proveniente de um órgão público, não deve vir com a “marca”, *no que se refere a sua forma* (e não ao estilo), da pessoa que o redigiu; já daí exsurge uma das necessidades de se confeccionar o formato desse documento de maneira padronizada.

Outro ponto abordado por um dos entrevistados é a facilidade de consulta que referida uniformização nos acórdãos pode proporcionar. Isso porque quando se têm, dentro do acórdão, campos definidos para cada parte do documento, o leitor não se perde por meio de seus enunciados<sup>15</sup>

15 A divisão pelos títulos RELATÓRIO, VOTO, DECISÃO, por exemplo, guia o leitor.

nem tem dificuldades de diferenciar, por exemplo, entre as citações feitas no acórdão e o texto do relator, já que aquelas são feitas com o devido recuo exigido pela NBR 10520.

Viu-se também que a qualidade do documento é uma das vantagens dessa padronização. Assim, o acórdão, por ser um documento técnico, tende a ganhar mais qualidade e credibilidade ao ser confeccionado de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Finalmente, percebeu-se, pelas respostas dadas, que a padronização no formato dos acórdãos confeccionados pelo Tribunal de Justiça catarinense pode imprimir agilidade na publicação desses documentos, o que beneficia a sociedade, evitando-se que o direito material desta não seja prejudicado pela demora na prestação jurisdicional decorrente de puro mau aproveitamento de recursos humanos e tecnológicos.

Cabe agora finalmente discorrer sobre como a uniformização dos acórdãos pode fazer com que a publicação desses documentos torne-se mais rápida.

*Grosso modo*, o acórdão redigido no gabinete de desembargador é armazenado em uma pasta à qual a Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos, da Divisão de Documentação do TJSC, tem acesso. Esta Seção faz a revisão no formato do acórdão, ou seja, confere se nos seus campos estão sendo utilizados os estilos estabelecidos pela Resolução n. 44/07-TJ. A conferência feita por essa Seção é importante porque, na confecção dos editais (resumo do acórdão) que serão publicados no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal, é usado um programa que busca no acórdão somente os campos “partes”, “ementa” e “decisão”, de modo que se o gabinete fizer, por exemplo, uma citação no interior do acórdão usando o estilo ementa, poderá essa citação constar no edital, no campo destinado à ementa, o que pode acarretar grandes problemas para advogados, promotores e auxiliares da justiça em geral. Assim, havendo estrita observância, por parte do ga-

binete de desembargador, da norma supracitada para a confecção dos seus acórdãos, o trabalho da Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos tende a se tornar bem mais rápido, e a publicação do acórdão, que hoje se dá, em média, após setenta dias da data de sua assinatura, pode ocorrer, como bem lembrou um dos entrevistados, em quinze dias a contar dessa data, fato que vai ao encontro dos interesses do jurisdicionado, que só poderá, em princípio, reaver seu direito ou recorrer da decisão *depois que o dispositivo do acórdão for publicado* (art. 506, III, CPC).

No mais, sabe-se que os sistemas informatizados trabalham com padrões, de forma que para pôr em prática as supracitadas Leis n. 11.280/06 e 11.419/06, que vieram para informatizar o processo, conferindo-lhe celeridade, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, dando cumprimento à Resolução n. 44/07-TJ, tem, dentre outras medidas, de efetivamente uniformizar os seus acórdãos.

## 5 CONCLUSÃO

A Justiça brasileira é conhecida pela sua lentidão na resolução de conflitos. Isso se deve, em parte, ao nosso ordenamento jurídico — herança do sistema da *civil law* —, que, ao mesmo tempo em que garante procedimentos que visam agilizar a prestação jurisdicional (procedimentos constantes, como visto, do Código de Processo Civil e da Constituição Federal), faz com que o direito processual muitas vezes se sobreponha ao direito material, maculando preceitos constitucionais, como o previsto no inciso XXXV da Carta, qual seja, o de que o Judiciário não deixará de apreciar lesão ou ameaça a direito.

De fato, o Judiciário não pode negar-se a decidir conflitos dele conhecidos. Não basta, contudo, que esses conflitos sejam decididos: eles têm de ser *rapidamente* decididos, é o que prega o recente inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição; assim, a rápida prestação jurisdicional não é

um favor que o Estado presta ao indivíduo, mas um direito fundamental deste, de modo que cabe aos órgãos jurisdicionais investir na área administrativa (de pessoal) e tecnológica, com vistas em garantir que a resposta ao cidadão não seja, por meros entraves burocráticos, tão demorada (não podemos nos esquecer de que a alta demanda judicial, por si só, já é fator para o congestionamento da Justiça).

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina já deu um grande passo nesse sentido ao aprovar a Resolução n. 44/07–TJ, que trata sobre a padronização no formato dos acórdãos da Instituição. Tentei, por meio deste artigo, mostrar que a uniformização nos acórdãos pode diminuir o tempo compreendido entre a data da assinatura do documento e a da sua publicação. Como consequência disso, a prestação jurisdicional torna-se mais célere, e o jurisdicionado, satisfeito, já que é, em tese, a partir da publicação do dispositivo do acórdão no Diário da Justiça Eletrônico que ele poderá ter seu direito reintegrado, se a decisão lhe for favorável, ou recorrer às instâncias superiores, se a decisão for de encontro aos seus anseios.

## 6 REFERÊNCIAS

ALARCÓN, P. de J. L. Reforma do judiciário e efetividade da prestação jurisdicional. In: \_\_\_\_\_; TAVARES, A. R.; LENZA, P. (Coord.). *Reforma do judiciário analisada e comentada*. São Paulo: Método, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6024*: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. *NBR 10520*: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

CAMPESTRINI, H. *Como redigir ementas*. São Paulo: Saraiva, 1994.

CINTRA, A. C. de A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. *Teoria geral do processo*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

CUNHA, H. C. M. A arte da persuasão. In: FETZNER, N. L. C. (Coord.). *Argumentação jurídica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2004.

GUIMARÃES, J. A. C. *Elaboração de ementas jurisprudenciais*: elementos teórico-metodológicos. Brasília/DF: CEJ, 2004. (Série Monografias do CEJ; v. 9). ISBN 85-85572-79-5. Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/monografia09.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

HOBBS, T. *Leviatã*: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2006. Coleção a obra-prima de cada autor. Série Ouro.

MEDEIROS, J. B. *Manual de redação e normalização textual*: técnicas de editoração e revisão. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, P. M. de. O direito à razoável duração do processo à luz dos direitos humanos e sua aplicação no Brasil. *Jurisprudência*

*Catarinense*, Florianópolis, Tribunal de Justiça do Estado de SC, v. 107, abr. 2005.

RODRIGUES, H. W. *Acesso à justiça no direito processual brasileiro*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

RODRIGUES, S. *Direito civil: parte geral*. 32. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, O. A. B. da. *Jurisdição e execução na tradição romano-canônica*. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

TAVARES, A. R. *Curso de direito constitucional*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.